

UM CAMINHO DE RETORNO COMO BASE: PROPOSTA DE NORMAS DE TRANSCRIÇÃO PARA TEXTOS MANUSCRITOS DO PASSADO

A RETURN PATH AS A BASIS: A PROPOSAL FOR TRANSCRIPTION RULES FOR ANCIENT HANDWRITTEN TEXTS

Sílvio de Almeida TOLEDO NETO¹

RESUMO: Uma transcrição conservadora de manuscritos que pretenda produzir edição confiável para os estudos linguísticos, literários e históricos, deve empregar normas que não ultrapassem o limite do retorno ao modelo. Com base nesse pressuposto, apresentamos um conjunto de normas semidiplomáticas que devem facilitar a leitura ao pesquisador não afeito à consulta direta de textos manuscritos, ao mesmo tempo que permitem a recuperação do modelo, na medida em que registram tudo o que nele foi alterado.

PALAVRAS-CHAVE: Normas semidiplomáticas. Edição semidiplomática. Manuscrito. Filologia.

ABSTRACT: A conservative transcription of manuscripts that aims to produce a reliable edition for linguistic, literary and historical study, presupposes the use of norms that do not exceed the limit of the return to its model. Based on this assumption, we present a set of semidiplomatic norms that make it easier to read ancient texts for the researcher not used to direct consultation of handwritten texts. At the same time, these norms allow model recovery, as they record everything that has changed in it.

KEYWORDS: Semidiplomatic norms. Semidiplomatic edition. Manuscript. Philology.

Introdução

Um filólogo que se aventure a pesquisar manuscritos do passado, por mais experiente que seja na sua tarefa, sempre encontrará dificuldades na decifração e transcrição² do seu material de pesquisa³. Percorrendo um caminho estreito, muitas vezes

1. Professor Doutor; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil; E-mail: tolnet@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4042-0961>.

2. A transcrição (lat. *transcriptio,ōnis* 'transferência') é o "[p]rocesso de produção de um novo testemunho de um texto, feito de acordo com critérios previamente definidos tendo em conta as características do texto e do público a que se destina." (DUARTE, 1997, s.v. *transcrição*). Não se confunde com a edição (lat. *editio,ōnis* 'produção'), que é o "[c]onjunto de operações filológicas necessárias para preparar um texto inédito, ou édito mas a necessitar de ser revisto, para ser publicado." (DUARTE, 1997, s.v. *edição*).

3. Em uma perspectiva filológica estrita, o texto pode ser dividido em três diferentes níveis de exame: o nível material, o nível formal e o nível substancial. A *matéria* de um testemunho compõe-se de suas características físicas, tais como o suporte material e as tintas. A *forma* abrange a roupagem paleográfica (forma e realização das

inexplorado, o filólogo poderá enfrentar diversos percalços: não conseguirá decifrar caracteres⁴, não entenderá abreviaturas, terá dificuldade com a cursividade da escrita e mesmo com o léxico do período. Tais pormenores, aparentemente irrelevantes para a compreensão e interpretação de um texto, são, na verdade, fundamentais já em uma primeira incursão. Se esses pontos não forem adequadamente resolvidos, a pesquisa não poderá avançar. Por quê? Porque da decifração correta e de seus desdobramentos depende todo o resto do trabalho sobre o texto manuscrito⁵. Quem erra nesse nível de abordagem do texto, errará, por consequência, em outros⁶.

A decifração e a transcrição corretas de uma fonte manuscrita fazem parte das tarefas fundamentais do trabalho filológico. Quando prepara uma transcrição que posteriormente venha a compor uma edição, o filólogo pretende padronizar o seu modelo⁷ a partir de um conjunto de normas previamente estabelecidas. As normas têm de ser coerentes com o objetivo da transcrição e da sua divulgação⁸.

No caso de edições científicas de testemunhos únicos, que estabelecem e estudam o texto como documento de um dado período e cultura, esse objetivo parece-nos nítido: a composição de uma base textual em tipos gráficos – que procure resolver as dificuldades próprias da letra manuscrita e aquelas causadas por acidentes materiais, formais e substanciais do testemunho – para o estudo de especialistas que venham a tomar a transcrição daquele texto – a qual deve refletir a escrita do testemunho – como um ponto de referência fidedigno ao seu modelo.

Consideramos que a intervenção do filólogo sobre o testemunho e sobre o texto caracteriza-se como um processo de *curadoria*, que visa à sua conservação e restauro. Conforme Ferreira (2016, p. 249) “[...] curar de um objeto é impedir a sua degradação, mantendo o acesso do público ao mesmo; curar de um texto é torná-lo acessível ao público.”. A nossa perspectiva associa a Filologia à Cultura Material, pois considera

letras, diacríticos, pontuação etc.) e gráfica (grafos, alógrafos, diacríticos, pontuação etc.) de um testemunho, assim como as repercussões do nível gráfico na representação fonética e morfológica de variantes históricas e dialetais das palavras. A *substância* reúne os níveis morfossintático, lexical e semântico de um testemunho. O estudo do texto a partir dessa tríplice divisão deve ser feito sempre a partir do pressuposto de que o texto (assim como seus testemunhos) é produto de um ambiente sócio-histórico e cultural determinado.

4. O termo ‘caractere’ designa neste artigo qualquer um dos signos elementares de uma língua escrita (COULMAS, 1999, s.v. *character*).

5. Por exemplo, a identificação da autoria material e intelectual, a localização e a datação do manuscrito, além de comentários eruditos ao texto.

6. Como bem observa Blecua (2001, p. 9): “Una mala interpretación bíblica por error de una letra podía crear un hereje; un error en el nombre de una planta en Dioscórides podía ocasionar una defunción.”

7. O *modelo* é o testemunho que traz registrado um texto que se pretende transcrever. O termo ‘modelo’ nessa acepção é utilizado, entre outros, por García (2002, p. 240).

8. Segundo Castro e Ramos (1986, p. 100), “[a]s decisões quanto ao espírito da transcrição são predeterminadas estrategicamente pelo plano geral da edição”.

os testemunhos remanescentes de uma tradição textual como patrimônio tangível da identidade cultural de um povo. Diferentemente, porém, do que ocorre no caso de edifícios, estátuas ou quadros, a curadoria textual deve ser sempre indicada em pormenor ao leitor. Isto é, o filólogo-editor deve deixar à vista, nas normas de transcrição, tudo o que modificou. Dessa forma, o leitor sempre poderá *recuperar* o(s) modelo(s) por meio de uma transcrição que segue rigorosamente normas explícitas.

Então, na consulta à transcrição de *um* testemunho⁹ manuscrito de determinado texto, seja ele um original autógrafo, um idiógrafo, ou mesmo um apógrafo¹⁰, o mais importante será saber se o leitor tem nas mãos dados para avaliar se a transcrição do modelo está correta ou não. Tais informações serão fornecidas pelas normas de transcrição adotadas. As normas darão ao leitor a noção da distância que existe entre o modelo e a transcrição¹¹.

Mas, embora haja uma gradação de distanciamento entre os tipos de edição consideradas fiáveis pelo filólogo e o seu modelo, há, para tais edições, um limite que não pode ser ultrapassado. Esse limite é o do *retorno* ao modelo. Mais especificamente, o retorno existirá enquanto as normas explicitadas na edição permitirem ao leitor saber quais foram *todas* as modificações feitas pelo editor. Se souber o que foi modificado, um leitor poderá, se assim o quiser, retornar ao estado anterior do modelo transcrito. A possibilidade do retorno assegura a fiabilidade da transcrição e, conseqüentemente, a da edição.

No âmbito das transcrições classificadas como fidedignas, temos optado por seguir normas *semidiplomáticas*¹². A escolha justifica-se pelo público a que têm sido destinadas essas transcrições, composto por estudiosos da língua e do texto que não tenham necessariamente formação filológica ou que, por algum motivo, não queiram aceder ao manuscrito quando dispõem de uma edição confiável.

9. Testemunho é o documento escrito (manuscrito, datiloscrito ou impresso) “que contém o texto, tanto na sua lição original como em qualquer das versões que dele exista.” (DUARTE, 1997, s.v. *testemunho*).

10. O testemunho transcrito individualmente pode pertencer a uma tradição com vários testemunhos, ou pode ser o único remanescente de um texto. A transcrição individual dependerá do propósito da edição. Justifica-se, por exemplo, no caso de ser preparada para servir como base de estudo linguístico do texto em um testemunho específico.

11. A correção da transcrição vincula-se diretamente à *transparência* que deve existir no processo de filtragem, por meio das normas, dos elementos que estão no modelo para os que constam na transcrição. As normas, quando explícitas e coerentes, são como indicações de um mapa, que guia o leitor pelos caminhos da intervenção do editor.

12. O tipo de transcrição (e de edição) que emprega as normas aqui propostas pode receber diferentes denominações na bibliografia especializada: não só *semidiplomática*, como também *diplomático-interpretativa*, *paradiplomática* ou *paleográfica*. A variação terminológica para denominar os diferentes tipos de edição, embora possa ter um propósito louvável, de busca pela precisão e esclarecimento, acaba muitas vezes por confundir o público interessado, devido à falta de tradição terminológica que temos no âmbito dos estudos filológicos nacionais.

Normas semidiplomáticas movem-se mais pela superfície formal do texto. Propõem, por exemplo, a uniformização de alógrafos¹³ de um mesmo grafema¹⁴ e o desenvolvimento de abreviaturas. Mas aprofundam-se na sua intervenção ao texto quando realizam breves conjecturas ou atualizam a separação entre palavras. Não avançam, porém, mais do que isso.

Dizer que um conjunto de normas é semidiplomático revela o seu perfil intermediário entre normas diplomáticas e interpretativas, quando se trata da transcrição de um só testemunho. Mesmo assim, os limites do que se poderia denominar como ‘campo das normas semidiplomáticas’ ou os do campo de outro tipo qualquer de normas, serão, até certo ponto, flexíveis na prática editorial. Não há só um tipo de edição semidiplomática, pelo que normas de caráter semidiplomático não podem ser únicas para todos os casos. Dentro do campo formado por normas de um tipo determinado, haverá variações, identificáveis somente por meio do exame de caso.

Considerados os tipos fundamentais de edição para um testemunho¹⁵, a flexibilidade normativa distribui-se neles por duas camadas ou níveis até certo ponto intercomunicantes: chamemo-las de camadas da *roupagem gráfica* do testemunho e da *conjectura*. A primeira concentra as intervenções mais superficiais sobre o modelo. A segunda distribui-se não só pela superfície gráfica como também afeta aspectos mais profundos do texto¹⁶.

Em traços gerais, podemos distribuir as camadas conforme os tipos de edição que têm como base somente um testemunho: no nível mais baixo de intervenção editorial, a imitação gráfica e a inexistência, ou a pouca ocorrência, de conjecturas superficiais resultam em uma reprodução, em caracteres tipográficos, do modelo, por meio de uma transcrição diplomática. No nível mais alto de intervenção editorial aceitável, a forte uniformização e – até certo ponto – modernização gráfica, e a existência de

13. Entendemos por ‘alógrafo’ a variante concretamente realizada de um grafema, que é a menor unidade funcional de um sistema de escrita específico de uma língua (COULMAS, 1999, s.v. *allograph*). Por sua vez o termo ‘grafo’ designa a menor unidade formal da língua escrita no nível da escrita à mão ou impressa. Vários grafos podem formar alógrafos de um grafema. Por exemplo, os grafos *f* e *s* são alógrafos do grafema <*s*> (COULMAS, 1999, s.v. *graph*). Seguindo o critério de Coulmas (*op. cit.*), os grafos e alógrafos são aqui representados em itálico.

14. O termo ‘grafema’ (COULMAS, 1999, s.v. *grapheme*) designa a menor unidade funcional de análise da língua escrita, em nível abstrato. Os grafemas são representados em redondo, entre parênteses angulares <>.

15. São considerados tipos fundamentais de edição feitas com base em um testemunho as edições fac-similares, diplomáticas, semidiplomáticas e interpretativas. Desconsideramos em nosso comentário a edição fac-similar, porque não supõe modificação textual por mão do editor, com base em normas de transcrição.

16. A intervenção é *superficial*, porque toca nas camadas caligráfica e gráfica e é *profunda*, porque toca na substância textual. O conceito de conjectura em uma transcrição semidiplomática abrange casos diferentes de intervenção, que resultam tanto na reconstituição de partes danificadas do texto como na integração de emendas coevas ao texto, localizadas à margem ou nas entrelinhas da mancha textual.

conjecturas mais extensas e profundas, produzem uma transcrição interpretativa¹⁷. A transcrição semidiplomática está a meio, entre um extremo e outro, com fraca uniformização gráfica e conjecturas breves e predominantemente superficiais¹⁸.

Com base no que até aqui afirmamos, fica claro que classificar uma transcrição (e, conseqüentemente, a sua edição) como semidiplomática, a princípio, não revela ao leitor as particularidades dessa edição, mas somente os seus traços gerais. No entanto, embora os traços gerais possam manter-se, cada transcrição varia nos pormenores. Quanto a esse aspecto, em diferentes transcrições de um determinado tipo, poderá existir variação entre um ponto mais conservador e outro mais inovador, intermediados por um *continuum* (Quadro 1)¹⁹.

O que norteia a denominação do tipo de edição é, portanto, o conjunto dos seus critérios mais gerais. Já os critérios mais específicos servem para situar a edição mais próximo a um polo conservador ou a um polo inovador, nos limites do campo em que se situa²⁰.

Quadro 1 – Tipos de edição, camadas e limites²¹.

Tipo de edição	Camadas	Limites
Diplomática	rg _r	l _c
Semidiplomática		l _i
Interpretativa	c _o	l _c
		l _i

rg_r: roupagem gráfica c_o: conjectura l_c: limite conservador l_i: limite inovador.

17. O limites de uma conjectura, quanto a sua consistência e extensão, estarão condicionados pelo conhecimento do editor quanto a múltiplos fatores, como o *usus scribendi*, o nível de letramento do autor e as práticas de escrita em diferentes períodos, locais e gêneros textuais.

18. Esses três tipos de transcrição, como é suposto, integrarão respectivamente edições diplomáticas, semidiplomáticas e interpretativas.

19. Consideradas as características gerais de cada tipo de edição, o conservadorismo realiza-se por meio da manutenção de aspectos gráficos heterogêneos e por meio da inexistência, ou parcimônia, quanto à extensão e profundidade, das conjecturas. A inovação realiza-se por meio da uniformização e modernização de características gráficas e da maior extensão e profundidade das conjecturas.

20. Costa (1993) divide os critérios gerais de transcrição e edição em três: *conservadorismo rígido*, *modernização pura e simples* e *conciliação*. As normas aqui propostas estariam mais próximas do terceiro critério.

21. Representamos pelas linhas onduladas no quadro a noção de *continuum* entre os tipos de edição, camadas e limites.

1. Que normas chamamos de semidiplomáticas?

As normas que desenvolvemos e que temos utilizado em nossas transcrições sob o cunho de *semidiplomáticas* compõem atualmente um conjunto de 30 itens²². Aplicam-se melhor a textos manuscritos do século XVIII para trás, mas podem ser igualmente aplicadas, com os ajustes necessários, a incunábulo, pós-incunábulo e a textos manuscritos do século XIX à atualidade.

Para dar conhecimento de nossa proposta, dividimos as normas conforme os aspectos editoriais de que tratam e fazemos um breve comentário a cada subconjunto.

- Ilegibilidade por fragmentação²³ do suporte material.
 1. [] – Elemento(s)²⁴ inexistente(s) por fragmentação (corte, rasgo etc.) do suporte material.
 2. [.] – Letra, sinal, abreviatura ou parte de palavra ilegível (parcialmente visível) por fragmentação (descoloração, mancha, raspagem etc.) do suporte material ou da tinta.
 3. [...] – Palavra(s) ilegível(is) (parcialmente visível(is)) por fragmentação (descoloração, mancha, raspagem etc.) do suporte material ou da tinta.

Os itens 1 a 3 contemplam casos de ilegibilidade por fragmentação do suporte material do modelo. O elemento ilegível pode não ser identificável por corrupção total ou parcial do suporte. São os principais agentes de fragmentação os efeitos ambientais (luz, umidade etc.) e os agentes de destruição (insetos, fungos etc.) (PINNIGER, 2008). Mas a fragmentação material do texto pode ocorrer também por censura ou revisão tardia. O resultado é sempre danoso e concretiza-se de diversas formas, de que são

22. Cabe esclarecer que a proposta aqui apresentada reúne normas que mais recentemente temos procurado utilizar, total ou parcialmente, na transcrição de textos de diferentes gêneros e períodos, o que sempre supõe uma adaptação à realidade do material estudado. Não há aqui a intenção de propor normas uniformes gerais para a transcrição de manuscritos de qualquer gênero e período, o que seria infrutífero. Como afirma Costa (1993, p. 14), “[...] não se deve procurar ‘a elaboração de normas de transcrição uniformes’ para todo e qualquer texto, a não ser as de carácter geral.”

23. O termo ‘fragmentação’ engloba casos de dano à matéria subjetiva e à matéria aparente.




24. O termo ‘elemento’ designa, nestas normas, a parte de um todo linguístico composto pelo texto escrito. Abrange as letras, os sinais especiais, as abreviaturas e as palavras. Correndo o risco de sermos redundantes, definimos os termos englobados pelo conceito de ‘elemento’. A ‘letra’ é o elemento de uma classe de formas que são reconhecidas como exemplos de conceitos gráficos abstratos, os quais representam as unidades básicas de um sistema alfabético de escrita (COULMAS, 1999, s.v. *letter*). O ‘sinal especial’ é um sinal gráfico de desenho específico, que pode substituir uma letra ou representar uma abreviatura. A ‘abreviatura’ é a forma encurtada ou contraída de uma palavra. A ‘palavra’ é tomada aqui em sua acepção gráfica, como toda unidade linguística escrita e delimitada por espaços em branco no início e no fim.

exemplo: corte, descoloração, mancha, ondulação, queimadura, rasgo, raspagem, sangramento de tinta²⁵.

Por razões de economia e de organização que pretendemos dar ao texto transcrito, os sinais [] e [...] também podem representar, de uma só vez, uma sequência de palavras fragmentadas, sem a necessidade de reproduzi-los a cada ocorrência. Quando possível, indica-se o número aproximado de palavras ausentes em nota, da seguinte forma: [] / [...] *equivalem a aproximadamente x palavras*.

- Ilegibilidade por dificuldade de decifração.
4. [*] – Letra, sinal, abreviatura ou parte de palavra ilegível por dificuldade de decifração da escrita.
 5. [**] – Palavra(s) ilegível(is) por dificuldade de decifração da escrita.

Sempre que o manuscrito não é legível por dificuldade de decifração da letra ou palavra (ou ainda do alógrafo, nexos, sinais ou abreviaturas) por parte do editor, representa-se a lacuna por um ou dois asteriscos entre colchetes. O sinal [**] também pode representar, de uma só vez, uma sequência de palavras ilegíveis, sem a necessidade de reproduzi-lo a cada ocorrência. Quando possível, indica-se o número aproximado de palavras ausentes em nota, da seguinte forma: [**] *equivale a aproximadamente x palavras*.

A dificuldade em decifrar o modelo pode resultar, entre outras causas, da forma desconhecida de uma letra, sinal ou abreviatura, assim como do nível de encadeamento na execução da escrita manuscrita cursiva. Por exemplo, pode ocorrer a confusão entre *f*, alógrafo de *s*, e *f*, ou entre *ε*, alógrafo de *h*, e *E*. Também podem ser desconhecidos sinais como  para a conjunção *e*, ou abreviaturas como  para *compry* e  para *prior*²⁶.

As dúvidas de decifração podem ser resolvidas na medida em que estivermos familiarizados com a leitura de textos do período e do gênero estudados. Também será importante a constituição de um quadro com o alfabeto, ou alfabetos, praticados no texto examinado. Auxiliam o pesquisador na resolução de dúvidas de decifração os dicionários de abreviaturas, que podem abranger diferentes períodos históricos da escrita²⁷. De modo geral, o conhecimento paleográfico do pesquisador deve tornar possível avaliar o nível de individualização da escrita de cada punho frente ao modelo de escrita aprendido e seguido em cada grupo social, período e local²⁸.

25. Para uma classificação de danos materiais ao suporte de escrita, cf. Paglione (2017).

26. Exemplos de sinal e abreviaturas retirados de Nunes (1981).

27. Em português, são fundamentais as obras de Flexor (2008) e Nunes (1981).

28. Sá Nogueira (2007, p. 26) estabelece uma diferença entre o *modelo mental* da escrita e a *execução* da escrita, categorias que condicionam a escrita *caligráfica* e controlada e a escrita *cursiva* e pessoal. Do ponto de vista paleográfico, interessa distinguir o modelo mental (figura) e a execução pessoal (feitura) da escrita, para daí levantar, por exemplo, hipóteses sobre o nível de letramento e habilidade gráfica do escriba.

- Reconstituição por conjectura.
6. [abc] – Elemento reconstituído por conjectura.

Se letras, palavras, sinais ou abreviaturas forem ilegíveis, ou parcialmente ilegíveis, por corrupção material ou dificuldades na decifração, mas permitirem que seja emitida uma hipótese sobre a sua reconstituição, esta será registrada entre colchetes.

A grafia da conjectura deve levar em conta a grafia do modelo, isto é, não seguir os padrões ortográficos atuais, mas procurar respeitar o que ocorre no modelo. Por exemplo, se no modelo o *i* ou o *j* não forem pingados, as grafias da conjectura serão respectivamente *ι* e *ϵ* (v. norma 19); se no modelo nunca há acento em determinada palavra, por exemplo em *atee* (atual *até*), a reconstituição conjectural deve seguir esse padrão.

Os limites da conjectura em uma transcrição semidiplomática restringem-se a letras, segmentos de palavra, ou, no máximo, palavras inteiras. Normalmente não se avança (ou não se deveria avançar) para além desses limites. A parcimônia interventiva é, aliás, uma das características da transcrição semidiplomática²⁹.

- Repetição e cancelamento.
7. |abc| – Elemento repetido sem cancelamento.
 8. ~~abc~~ – Elemento riscado.

- 8.1. No caso de ilegitimidade por cancelamento, sinaliza-se por meio de um hífen entre colchetes [-], independentemente da extensão do cancelamento.

A repetição pode ocorrer, por exemplo, devido a erro mecânico de cópia (ditografia/duplografia)³⁰, ou, como recurso gráfico, entre o reclame e a palavra inicial do fólio seguinte. Neste caso, as letras ou palavras repetidas serão registradas entre barras verticais simples. Por convenção destas normas, marca-se a segunda ocorrência repetida no corpo do texto. No caso do reclame³¹, especificamente, marca-se a segunda ocorrência repetida no início do fólio ou página seguinte. Por exemplo: esta |esta|; Di |Di|go. Quando um elemento estiver anulado por risco ou por outro tipo de traço que seja contemporâneo à execução do texto (por ex. linha vertical, círculos sucessivos etc.), o trecho será sempre tachado horizontalmente na transcrição. Se se julgar necessário, acrescenta-se uma nota para explicar as características do risco no modelo e a sua pos-

29. A conjectura sobre trechos curtos pode ocorrer excepcionalmente, mas deve ser evitada, por caracterizar-se como uma intervenção editorial excessiva em uma transcrição semidiplomática.

30. Cf. Blecua (2001, p. 20). Se considerarmos as etapas do ato de cópia conforme propostas por García (2002, p. 242), verificaremos que as repetições ocorrem no momento da execução manual da cópia a partir do modelo.

31. O 'reclame' é a indicação das primeiras palavras da página seguinte, inscrita abaixo de uma página, mais frequentemente na junção entre dois cadernos, que permite controlar a boa sucessão dos fólios ou cadernos (CODICOLOGIA, s.v. *réclame*).

sível motivação (emenda, censura etc.). Se, no entanto, o traço não for contemporâneo ao modelo, feito, por exemplo, em período tardio, restaura-se a forma riscada, quando legível, e registra-se o fato em nota de rodapé. Quando o cancelamento impede a leitura do texto, marca-se na transcrição *um* hífen entre colchetes [-], independentemente da extensão do cancelamento. Se necessário, pode-se assinalar em nota a extensão do cancelamento, em número aproximado de palavras.

- Escritos na entrelinha ou margem.
9. <abc> – Elemento acrescentado na entrelinha ou na margem. Reproduzem-se na transcrição somente os acréscimos feitos como emenda supostamente contemporânea ao modelo³². Transcrevem-se na linha e espaço a que correspondem, com uma seta, em corpo menor (8) e superior à linha, antes do texto, a indicar o local do acréscimo: entrelinha superior ↑ ou inferior ↓; margem esquerda ← ou direita →.
 10. Trechos escritos à margem do modelo, como subtítulos ou comentários originalmente alinhados ao parágrafo correspondente, devem ser transcritos em caixa de texto, em corpo menor (11), na margem, na cor e na altura em que ocorrem no texto³³.
 - 10.1. A numeração original deve constar na transcrição, na posição em que ocorre no modelo.
 - 10.2. As assinaturas³⁴ devem ser apenas indicadas em nota no fólio em que ocorrem.

Se uma letra, palavra ou frase tiver sido acrescentada por emenda (mediata ou imediata) na entrelinha ou na margem do texto, pelo mesmo punho que redigiu o texto, ou punho coevo, então acrescenta-se a letra, palavra ou frase no ponto da linha correspondente, entre parênteses angulares, com a indicação do local no suporte onde foi feito o acréscimo: entrelinha superior ou inferior, ou margem esquerda ou direita. Por exemplo: <↑c>asa, <←mandar fazer>, <→deus>.

Quando o título ou rubrica encontra-se na margem do texto, deve ser reproduzido em caixa de texto e corpo menor³⁵.

32. Supõe-se que as emendas sejam contemporâneas ao modelo, por suas características paleográficas e linguísticas.

33. Supõe-se que o texto seja transcrito em corpo 12. Se não o for, devem adaptar-se as proporções sugeridas.

34. A ‘assinatura’ é a numeração dos cadernos ou dos bifólios, que permite uni-los na ordem correta (CODICOLOGIA, s.v. *signature*).

35. As rubricas, em textos de determinados gêneros, como o jurídico, por exemplo, que sejam datados de até as primeiras décadas do século XVI, costumam ser escritas em vermelho. Na transcrição, devem ser reproduzidas nessa cor, ou na cor em que ocorrerem.

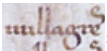
A numeração do modelo deve ser reproduzida na transcrição, na posição em que ocorre. Respeita-se a notação numérica original: romana ou arábica, por exemplo. Já no caso das assinaturas, o editor apenas as registra em nota, nos fólios em que ocorrem, de preferência indicando a sua localização: margem inferior à direita etc. A numeração tardia, porém, não deve constar na transcrição.





- Abreviaturas e sinais especiais.

11. Abreviaturas são desenvolvidas em itálico.

11.1. A grafia da parte desenvolvida segue a da variante (palavra ou segmento) desenvolvida mais recorrente no modelo.



11.2. A grafia da parte desenvolvida segue a grafia atual, sem qualquer acentuação, – salvo no caso da marca de nasalidade – se a forma (palavra ou segmento) nunca ocorre desenvolvida no modelo.

11.3. Letra sobreposta que não indica abreviatura não é sinalizada na transcrição. Ex.: , míllagres.

12. Sinal especial que substitui letra, ou que abrevia, é transcrito pelas letras equivalentes em itálico. Ex.: os sinais , ,  devem ser transcritos como *e*. O sinal  deve ser transcrito como *item*.

Se ocorre, em um mesmo texto, forma abreviada e forma desenvolvida, a forma abreviada deve desenvolver-se conforme a grafia da forma desenvolvida mais recorrente no texto. Se a forma abreviada nunca se encontra desenvolvida no texto, a grafia da parte desenvolvida da abreviatura segue a ortografia atual, salvo quanto à acentuação. Por exemplo, se a forma *Exm.^o* nunca ocorre desenvolvida, deve ser transcrita sem acentuação na parte inexistente no modelo: *Excelentissimo*. Exceção ocorre no caso da marca de nasalidade, que deve sempre constar na parte desenvolvida de uma abreviatura, para evitar ambiguidade. Por exemplo, se a forma *Cap.* nunca ocorre desenvolvida, deve ser transcrita como *Capitão*. Se, por outra, no modelo nunca ocorrem *i* e *j* pingados, por exemplo, o pingo não deverá constar na parte desenvolvida da abreviatura. Esse critério visa a evitar intervenções desnecessárias em transcrições semidiplomáticas de períodos em que o uso de acentuação era variável ou quase inexistente. Como a parte desenvolvida da palavra encontra-se em itálico, o leitor saberá que inexistente no modelo e que é resultado de intervenção editorial, mas que busca respeitar o *usus* gráfico do texto.

As letras sobrepostas que não abreviam não são assinaladas na transcrição e só poderão ser identificadas pelo leitor se a edição trazer o fac-símile a par da transcrição.



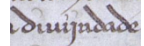
Os sinais especiais que substituem letras ou que abreviam, como, respectivamente, o tironiano  e o sinal , recursos caligráficos vigentes em certos períodos da escrita, serão transcritos em itálico, respectivamente como *e* e *tem*. A sua caligrafia, se for de interesse, poderá ser recuperada por consulta ao fac-símile.

- Reprodução de aspectos formais do modelo.

13. Paragrafação, grafemas, pontuação e acentuação do modelo são fielmente reproduzidos.

A transcrição, nos moldes aqui propostos, respeita a paragrafação do modelo, assim como os sinais de organização do texto na página, por exemplo, os caldeirões³⁶. Os parágrafos são reproduzidos, mas o editor pode optar por uma transcrição justalinear ou contínua (v. normas 23 e 24). Quanto a grafemas, diacríticos e pontuação, respeitam-se com o maior rigor as normas do modelo.





Embora os grafemas sejam respeitados, os alógrafos são uniformizados, de modo a privilegiar a manutenção do grafo utilizado atualmente (v. norma 17). A uniformização atinge não só grafos, mas também diacríticos e sinais de pontuação, de modo a padronizar variantes caligráficas individuais (v. normas 18 e 19).


Em textos mais antigos, do período medieval, por exemplo, atenção especial deve ser dada ao uso diferenciado dos acentos, como no caso das plicas³⁷, que sempre devem ser assinaladas em casos como  *uāás*,  *céelos* e  *dúuĩndade*, por exemplo³⁸.

Da mesma forma, especial atenção deve haver com textos de diferentes períodos quanto às particularidades de uso da pontuação³⁹.

- Reprodução do módulo e das cores em conformidade com o modelo.

14. Maiúsculas e minúsculas são reproduzidas conforme ocorrem no modelo.

15. Reproduzem-se as cores da pontuação e da escrita do modelo. Exs.: , , , ⁴⁰.

36. Caldeirão é, segundo Faria e Pericão (2008, s.v. *caldeirão*), um sinal em forma de C barrado () que nos manuscritos medievais indicava o início dos capítulos; foi usado igualmente em textos impressos dos séculos XV e XVI.

37. A plica é um sinal gráfico (') que se coloca sobre as letras para indicar tonicidade, hiato, entre outras funções.

38. Os exemplos fac-similados presentes nestas normas foram retirados de manuscritos de diferentes gêneros, períodos (entre os sécs. XIV e XVIII) e procedências.

39. Para uma lista de sinais de pontuação antigos e suas denominações, cf. Codicologia.

40. No caso das letras capitulares, principalmente quando iluminadas, reproduz-se na transcrição apenas a cor predominante.

16. Reproduzem-se o módulo e o traço mais espesso dos caracteres, quando esses elementos são usados como recursos de distinção entre partes diferentes do texto.

Em textos de até a primeira metade do século XVI, o emprego de cores nos caldeirões e nas capitais e capitulares é um procedimento recorrente para marcar as diferentes partes de um texto. Por isso, a depender de sua função, essas características devem ser reproduzidas na transcrição.

- Transcrição de alógrafos.

17. Os alógrafos são uniformizados segundo o alfabeto atual. Exs.: ξ e h são transcritos como h ; f e s são transcritos como s .

Em nossa proposta de transcrição, sugerimos a uniformização dos alógrafos, optando sempre pela forma existente na ortografia portuguesa atual. A alografia é, portanto, um traço característico do modelo que se perde na transcrição, como se supõe em normas semidiplomáticas, mas é um aspecto que pode ser totalmente recuperado pela consulta à reprodução do fac-símile que acompanhará a transcrição.

- Uniformização dos sinais de pontuação e de acentuação do modelo.




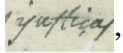
18. Os sinais de pontuação e de acentuação são uniformizados apenas quanto a sua variação caligráfica, preservando-se a diferença entre grafemas com uma mesma função no modelo. Exs.: as variantes \cdot e $/$ são transcritas como $/$; as variantes $\widehat{\sim}$ e $\widetilde{\sim}$ são transcritas como $\widetilde{\sim}$; as variantes $'$ e \sim são preservadas se indicarem nasalidade; as variantes $'$ e \wedge são preservadas se indicarem vogal fechada.

A padronização da caligrafia dos sinais de pontuação é necessária, dado que, em textos manuscritos, pode haver perceptível variação individual de um mesmo punho, ou de um punho para outro, em um mesmo códice, por exemplo. Mas pode haver, em diferentes modelos de escrita, diferentes modelos de acento. Se a marca de nasalidade for sempre um sinal semelhante, por exemplo, a um apóstrofo, com variantes caligráficas como $'$ e \sim , esse sinal deve ser reproduzido como \sim , sem que seja transcrito como traço longo \sim . Ou seja, a padronização não deve igualar diferentes grafemas, mas sim diferentes alógrafos.

Por isso, se a variação ocorrer entre diferentes sinais para uma mesma função, em um mesmo texto ou códice, a diferença será mantida na transcrição. Supomos, nesse caso, que não se trata de variação caligráfica, mas do uso de diferentes grafemas para uma mesma função. Por exemplo, se há variação entre $'$ e \sim para assinalar nasalidade da vogal, ou se há variação entre $'$ e \wedge para assinalar vogal tônica fechada, a diferença mantém-se na transcrição.

- O emprego do pingo ou plica sobre *i, j* e *y*.

19. As letras *i* e *j*, quando não têm pingo, devem ser transcritas como *i* e *j*. No caso de *y*, o pingo só é marcado quando existe no modelo. Se houver plicas ou seus alógrafos, em vez de pingo, como em *í, i̇, j̇, j̇, ý, ý̇*, reproduzem-se como *í, j̇, ý̇*.

O emprego do pingo sobre *i, j* e *y* varia historicamente e, em uma transcrição semidiplomática, precisa ser tratado diferentemente de acordo com o período. Em textos de diferentes períodos, podemos encontrar uma variação entre a ausência de pingo, presença de pingo e de plica ou seus alógrafos. Por exemplo: , *mais*, , *Christo*, , *luís*, , *justiças*. Na transcrição, uniformiza-se a multiplicidade caligráfica dos manuscritos para três possibilidades: representação da ausência de pingo, da presença de pingo ou da presença de plica (uniformizando-se alógrafos).

- Posição do acento.

20. A posição do acento procura respeitar o mais fielmente possível a sua localização no modelo. Transcreve-se o acento preferencialmente sobre a letra, ou letras, a que se refere, não necessariamente sobre a que ocorre no modelo. Exs.: *loze'*, *lozé*, *Cuyabá'*, *Cuyabá*, *hê*, *hê*, *mouíj*, *mouís*.

21. A marca de nasalidade, muito frequente e variável caligraficamente entre períodos e punhos, reproduz-se sempre sobre vogal, aquela sobre a qual ocorre, ou a mais contígua. Reproduz-se como til longo somente se assim ocorrer sobre vogais geminadas. Exs.: *almazees'*, *almazees'*, *senao'*, *senao'*, *hũ*, *algũns'*, *algũns*, *cõ*, *ngũũ* *nhũũ*, *bõõq*, *bõõs*, *Seyaõ'*, *Seyaõ*.

Nos textos mais antigos em português, o til é um dos diacríticos mais recorrentes, muitas vezes o único, e, por isso, um dos que apresenta maior variação quanto a sua forma e posição. Se estiver deslocado da vogal, ou vogais, cuja nasalidade indica, deve ser representado sobre essas vogais. No caso de hiato vocálico, o til deve estender-se sobre as duas vogais acentuadas.

- Separação de palavras.

22. As fronteiras entre palavras são modernizadas conforme o modelo de separação vocabular atual.

Modernizar a separação de palavras tem como finalidade facilitar a leitura a um público especializado mais amplo, incluídos linguistas, estudiosos de literatura e histo-

riadores⁴¹. Embora seja uma intervenção editorial mais profunda, os hábitos de escrita do modelo sempre poderão ser recuperados se a edição reproduzir o manuscrito em fac-símile, lado a lado com a transcrição⁴².

- Disposição da transcrição e reprodução fac-similar do modelo.
23. Se a edição se organizar de forma que a reprodução do fac-símile esteja na página esquerda (par) e a transcrição na página direita (ímpar), a transcrição será preferencialmente justalinear, com linhas numeradas de cinco em cinco à margem esquerda.
 24. Se não houver a reprodução do fac-símile, a transcrição será contínua, com ou sem separação das linhas do modelo por barras verticais (|) e numeração das linhas de cinco em cinco à margem esquerda.
 25. Não deve haver linhas totalmente em branco na transcrição, mesmo que existam no modelo, para evitar-se a contagem de linhas em branco.

A edição que contenha o fac-símile ao lado da transcrição tem a vantagem de permitir a recuperação plena de traços uniformizados na transcrição semidiplomática, como, por exemplo, os alógrafos contextuais e a fronteira entre palavras. No caso de não haver a reprodução fac-similar, o leitor não poderá recuperar mais os traços paleográficos, nem as fronteiras de palavras do modelo. Especificamente no caso de textos em prosa, a indicação da separação de linhas há de ser ponderada com base no público a que se destina a edição. Para um público mais amplo, mas ainda assim especializado, seria melhor a transcrição corrida, sem a separação de linhas, de forma a tornar a mancha do texto mais limpa e permitir uma leitura mais fluente.

A ausência de linhas em branco tem como finalidade uniformizar a contagem de linhas da transcrição e a mancha textual. Evita-se, dessa forma, contar como linha um espaço em branco que, no modelo, pode muitas vezes ocupar um espaço maior do que o de uma linha. Além disso, equilibra-se a variação, às vezes grande, entre espaços em branco desiguais no modelo.

41. No processo de modernização das fronteiras vocabulares, desaparecem igualmente nexos que possam formar desenhos específicos entre diferentes letras e dificultar a leitura.

42. O hífen não é usado entre pronome e verbo. Ex.: *Declara sse*. O apóstrofo não é usado quando há supressão de letras. Ex.: *d aqua*.

- Numeração dos fólhos.

26. Os fólhos⁴³ são numerados da seguinte forma: ||n.º do fólho (1, 2 etc.) + lado do fólho (r. ou v.⁴⁴) + ordem da coluna (a ou b)||. O número é indicado no início da primeira linha do fólho: ||1r.|| ou ||1r.a||, ||1v.|| ou ||1v.b|| etc. A numeração dos fólhos será preferivelmente registrada em corpo 8.

A numeração dos fólhos da transcrição é contínua, isto é, a contagem começa no primeiro fólho do modelo e termina no último. Nem sempre a numeração dos fólhos corresponde à numeração existente no modelo, que pode obedecer a outros critérios ou ser tardia. Há casos em que a numeração não é feita desde o primeiro fólho do modelo, ou pode tratar-se de um códice incompleto, com saltos de numeração. Se, mesmo com inconsistências, houver interesse do editor em transcrever a numeração original, contemporânea ao texto, esta pode vir na posição que ocupa no modelo (v. norma 10.1). As numerações tardias não devem constar na transcrição, mas a sua ocorrência pode ser assinalada em nota.

- Indicação de erros evidentes.

27. Erros evidentes no modelo são indicados em nota de rodapé, ao lado da lição correta, intermediadas por um colchete, da seguinte forma: causa] cousa, ouueste] ouuiste, epaço] espaço.

Os erros evidentes encontrados no modelo devem sempre ser indicados em nota. Entende-se como erros evidentes as palavras inexistentes em português, ou aquelas que, pelo contexto, infere-se decorrerem de lapso no ato de execução do texto. No tipo de transcrição que aqui se propõe, esses erros nunca devem ser corrigidos no corpo do texto.

- Intervenções posteriores à redação do texto.

28. Intervenções tardias, escritas por outro punho e notadamente posteriores à redação do texto, que modernizem ou cancelem partes do texto, devem ser desconsideradas na transcrição. Pode-se acrescentar a sua ocorrência em nota.

29. Intervenções tardias alheias ao texto, de teor geral (anotações marginais) ou classificatório (cotas etc.) devem constar apenas em nota de rodapé, nos seguintes termos: “No local *x* (sobre a linha *y*, na margem *z*), há a seguinte anotação: ...”.

43. Fólho: cada uma das duas metades de um bifólho. Bifólho: unidade básica do caderno, constituída por uma peça retangular de pergaminho ou papel, dobrada ao meio para formar dois fólhos (cf. CODICOLOGIA).

44. r. abrevia *recto* (face anterior do fólho) e v. abrevia *verso* (face posterior do fólho).

Todas as intervenções posteriores à redação do texto (números de tomo, comentários, versos etc.), feitas por outros punhos, às vezes muito tempo depois da redação do corpo do texto, devem constar somente em nota de rodapé. Se forem correções ou modernizações tardias, devem ser excluídas na transcrição. Tais intervenções devem ser extraídas do corpo do texto por constituírem ruídos, que impossibilitam o exame da forma textual autêntica do testemunho em exame.

Propomos, quanto a este ponto, portanto, o restauro do modelo, com o objetivo de torná-lo limpo de modificações tardias, as quais podem afetar mesmo um texto sem tradição, seja ele um original ou uma cópia.

- Selos, sinais públicos, rubricas e carimbos.

30. Selos, sinais públicos, rubricas e carimbos devem ser descritos, em nota de rodapé, quanto aos seguintes aspectos: medidas, cor da tinta, desenho e dizeres.

Os elementos indicados na norma 30, dado o seu caráter gráfico ou mesmo indecifrável, não devem ser reproduzidos na transcrição, porque serão claramente visíveis, em todos os seus pormenores, na reprodução fac-similar, face a face com a transcrição. Se, porém, a rubrica for decifrável, deve ser transcrita no corpo do texto. Mesmo que a edição não traga a reprodução fac-similar, os elementos de validação de um documento devem sempre ser descritos em nota de rodapé, quanto a sua forma, ilustrações e dizeres.

Considerações finais

A transcrição classificada como semidiplomática vai variar em relação às suas limítrofes quanto ao tipo de intervenção gráfica e conjuntura que aceita. No entanto, mesmo no campo das transcrições e edições semidiplomáticas, haverá variação normativa entre casos mais conservadores e menos interventivos e casos mais inovadores e mais interventivos, sempre nos limites mais gerais de um conservadorismo médio, que não admite nem a uniformização gráfica excessiva, nem a conjectura extensa.

Concluir a questão é, porém, ilusório, posto que um conjunto de normas nunca pode ser considerado definitivo nem quanto à categoria em que se enquadra, nem quanto ao gênero de texto que pretende transcrever, nem quanto à época escolhida. A proposta destas normas semidiplomáticas serve mais como uma descrição geral do que temos desenvolvido e procurado seguir, com adaptações a cada caso, de acordo com o que consideramos serem normas semidiplomáticas.

Referências

- BLECUA, A. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 2001.
- CASTRO, I. de; RAMOS, M.A. Estratégia e tática da transcrição. *Critique textuelle portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1986, p. 99-122.
- CODICOLOGIA. CNRS/IRHT. Disponível em: <<http://codicologia.irht.cnrs.fr>>. Acesso em 15 jan. 2020.
- COSTA, A.J. da. *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.
- COULMAS, F. *The Blackwell encyclopedia of writing systems*. Oxford: Blackwell, 1999.
- DUARTE, L.F. *Pequeno dicionário de termos da crítica textual*. Lisboa, 1997. [Impresso inédito].
- FARIA, M.I.; PERICÃO, M.G. *Dicionário do livro*. Coimbra: Almedina, 2008.
- FERREIRA, P.T. Filologia como curadoria: o caso Pessoa. *Filologia e linguística portuguesa*. São Paulo, v. 18, n. 2, 2016, p. 231-262.
- FLEXOR, M.H. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- GARCÍA, E.R. *Introducción a la codicología*. 2. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2002.
- NUNES, E.B. *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. 3. ed. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1981.
- PAGLIONE, C.Z. *Glossário visual de conservação*. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.
- PINNIGER, D. *Controlo de pragas em museus, arquivos e casas históricas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- SÁ NOGUEIRA, B.M.G. de. *Introdução à paleografia e diplomática*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007. [Impresso inédito].